



(Tradução)

Interpelação Escrita

De vez em quando, registam-se litígios laborais com trabalhadores de estaleiros. No início deste mês registou-se um desses litígios no estaleiro de obras de uma universidade, envolvendo mais de uma centena de trabalhadores importados do Interior da China que se queixam de salários em atraso, cujo montante ultrapassa os quatro milhões.

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, no 3.º trimestre deste ano existam no sector da construção civil 56 000 trabalhadores. O aumento de trabalhadores neste sector e as lacunas existentes nos respectivos regimes resultam em repetidos litígios laborais e casos de salários em atraso, e nestes casos, é difícil a reivindicação dos montantes em dívida. As subempreitadas são uma prática de há já muito tempo no sector da construção civil, mas originam o caos em muitos estaleiros de obras, devido à falta de clareza das relações laborais. Assim sendo, é difícil assegurar a reivindicação dos salários em atraso e imputar responsabilidades perante a abundância de trabalhadores ilegais. Nestes últimos anos, muitos trabalhadores deste sector não encontraram meios para reivindicar os seus salários em atraso, visto que alguns dos subempreiteiros envolvidos eram não residentes e entretanto abandonaram Macau.

O Governo já afirmou várias vezes que ia legislar para regulamentar o sector da construção civil e criar um regime para as subempreitadas, com vista



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a clarificar e regulamentar as relações, competências e responsabilidades dos construtores e subempreiteiros. No entanto, é lamentável que, até ao momento, esse trabalho legislativo continue por concretizar.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nestes últimos dois anos, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais tratou de litígios laborais envolvendo trabalhadores do sector da construção civil. Registou-se alguma tendência de aumento? Em muitos casos, a dificuldade de reivindicação de salários em atraso deve-se ao estatuto de não-residente dos subempreiteiros. Estes casos registaram algum aumento?
2. Quanto ao grupo interdepartamental de trabalho para combate ao trabalho ilegal, em 2012, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais veio referir o seguinte: “já se chegou a consenso no que diz respeito à falta de clareza das responsabilidades de gestão e das subempreitadas nos estaleiros de obras e foi unanimemente consensual que os construtores gerais, empreiteiros e as empresas envolvidas têm de assumir a responsabilidade por uma gestão clara. Está-se agora a proceder a estudos para regular a responsabilidade de gestão através da Lei, bem como para aplicar sanções administrativas aos empreiteiros que violem a lei por má gestão... Assumindo uma previsão conservadora, a elaboração da referida proposta de lei deverá estar concluída no início de 2013.”. Este trabalho legislativo tem sido alvo de acompanhamento por parte de muitos Deputados, mas continua por concretizar. Qual é, de facto, o respectivo ponto de situação? Por que razão é que este trabalho legislativo tem sido



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

adiado? Existe alguma calendarização e prazo para a sua conclusão?

12 de Dezembro de 2014.

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Lei Cheng I**